

RENAMO DEVE REFLECTIR QUE EM MOÇAMBIQUE HÁ UM GOVERNO

N. 16/8/91

— afirma Armando Guebuza, que espera que na próxima ronda negocial o grupo tenha alguma coisa a dizer sobre esta questão

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, disse ontem, em Maputo, esperar que os países amigos e outros organismos internacionais ajudem a Renamo a reflectir que em Moçambique há um Governo e existem leis. Guebuza, que é igualmente chefe da delegação do Governo às conversações de paz, ajuntou que «ao retomarmos as negociações esperamos que tenham alguma coisa a dizer sobre isso».

Falando aos jornalistas nacionais e estrangeiros à margem dos trabalhos do VI Congresso da Frelimo, o governante moçambicano vincou que «em Moçambique há um Estado e instituições que não podem ser ignorados».

— Isto significa que a Renamo deve reflectir sobre as questões absolutamente essenciais — disse.

Solicitado a responder se o que se verifica neste momento é um impasse ou uma pausa normal em relação às negociações, o Ministro Guebuza disse que «não era uma coisa nem outra, mas sim uma pausa de reflexão».

Sobre se o presente Congresso iria dar alguma resposta útil para o processo negocial em Roma, o chefe da delegação do Governo às conversações afirmou que a Renamo colocou este problema ao propor que a delegação governamental interrompesse o diálogo para vir a Maputo participar no Congresso. Guebuza informou a este propósito que «nós esclarecemos na altura que não tínhamos essa preocupação, na medida em que tínhamos um mandato claro».

— Nós estávamos em Roma exactamente para discutirmos as questões, mesmo que fosse para além do período em que o Congresso estivesse a decorrer — sublinhou Guebuza, para em seguida clarificar que o Congresso não é um elemento que possa condicionar de qualquer forma os resultados de Roma.

Explicando o que era o privilégio de reconhecimento que a Renamo exigia por parte do Governo moçambicano, o entrevistado disse que «logo que a Renamo cesse com a violência, logo que assine o acordo do cessar-fogo, mesmo antes de se registar como um partido político, poderá iniciar as suas actividades políticas».

DUAS POSIÇÕES DISTINTAS EM PORTUGAL

Referindo-se à atitude de Portugal

em relação ao processo negocial moçambicano, Armando Guebuza começou por dizer que encontramos neste momento em Portugal duas posições distintas. Uma que é a do Governo e outra que é a do «lobby» da Renamo.

Sobre a primeira atitude, Guebuza disse que a posição do Governo português é clara, respeita o Governo moçambicano e suas instituições. A segunda, o Ministro classificou ser, no mínimo, controversa. Disse ele que é exactamente esta que pretende puxar as conversações de Roma para Lisboa.

— «Dizem que as coisas quando foram em Lisboa resolvem-se, mas nunca dizem quais são as coisas que se resolvem nem dizem a que preço — afirmou Armando Guebuza, deplorando em seguida o facto de a televisão portuguesa ter passado um

programa no qual se apelava para o Governo apoiar a Renamo.

Neste capítulo do programa

da Renamo, Afonso Dhakama, o chefe da delegação do Governo disse que Davidow estava pronto a encontrar-se em Roma com Dhakama se ele estivesse lá nessa altura.

Pronunciando-se sobre qual era a posição do Governo moçambicano em relação àquele género de encontros,



«Moçambique tem um Estado, e se as negociações forem ignoradas», defende o Ministro Armando Guebuza, falando com os jornalistas à margem do Congresso

televisivo a favor da Renamo, no qual se pretendia projectar aquele grupo como um projecto «humano e político» para Moçambique, Guebuza disse que quis se levar o povo português e o público deste país a esquecer-se que «a Renamo já raptou cidadãos portugueses, destruiu propriedades dos portugueses».

Comentando o falhado encontro, que chegou a estar previsto em Roma, durante a sétima ronda negocial, entre o Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, e o líder

Armando Guebuza respondeu que «nós damos todo o apoio e achamos útil que os Estados Unidos se encontrem com Dhakama».

Do suposto ataque relâmpago que as forças governamentais teriam levado a cabo nos últimos tempos para liquidar fisicamente Dhakama, Guebuza afirmou que com isso ele pretende colocar um outro problema: «se o Exército moçambicano tem ou não o direito de defender as populações quando atacadas pela Renamo».

Entretanto, o porta-voz do Congresso da Frelimo, Pascoal Mocumbi, afirmou que depois de a guerra ter sido o aspecto que mereceu muita atenção nas diversas intervenções dos delegados, ontem os congressistas pronunciaram-se sobre o papel da Frelimo no seio da sociedade moçambicana. Indicou que o Presidente do Partido Frelimo, Joaquim Chissano, decidiu que simultaneamente fosse debatido o projecto de revisão da Constituição. Disse que na revisão da Constituição «há uma maior clarificação nos princípios que orientam a Frelimo».